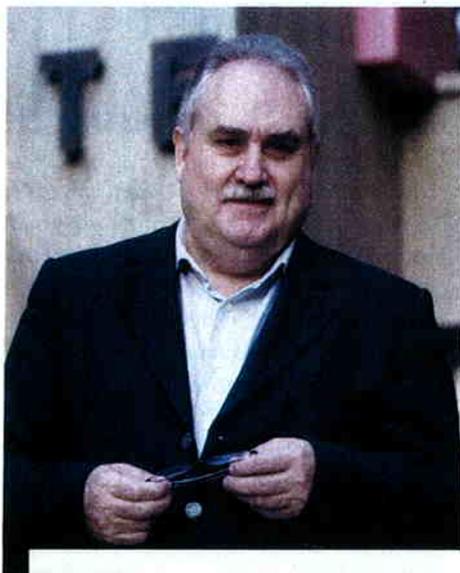


Luís Reto

O novo paradigma é a aprendizagem ao longo da vida.



Perfil

Luís Antero Reto é presidente do ISCTE desde Fevereiro de 2005. Nascido em Castelo Rodrigo em 1951, é licenciado em Psicologia Clínica pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) de Lisboa e doutorado em Psicologia Social pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Louvain-la Neuve (Bélgica). Fez a agregação em Marketing no ISCTE (2001), onde é professor catedrático. Foi director do ISPA (1983 a 1985) e presidente do Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial (Indeg/ISCTE) de 1998 a 2005. Entre 1997 e 2002 foi director técnico do Centro de Sondagens da SIC. É autor de oito livros e dezenas de artigos científicos.

O presidente do ISCTE fala da importância da formação permanente numa sociedade que exige uma actualização constante, numa alternância de ciclos de trabalho e de aprendizagem.

Quando foi criado, em 1972, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) dava dois cursos: Sociologia e Gestão. Hoje oferece 19 licenciaturas, oito pós-graduações, mais de sessenta mestrados e 16 doutoramentos. O que mudou nestes 37 anos?

Quando o ISCTE foi criado, de acordo com o então ministro Veiga Simão, destinava-se a ser um instituto da futura Universidade Nova, o que na prática nunca aconteceu. Por percalços vários, a integração plena numa das três universidades de Lisboa nunca se concretizou, embora tivesse havido negociações com todas elas ao longo de trinta anos. Este longo processo conduziu à construção de uma identidade muito marcada e a um crescimento sustentado que explicam a actual dimensão e afirmação do ISCTE e justificam a sua total autonomia como instituição universitária.

Qual o significado da recente alteração do nome do ISCTE para ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa?

A legislação de 2008 que alterou o enquadramento das instituições de ensino superior (RJIES) coloca no mesmo patamar as universidades e os institutos universitários, dado que lhes confere iguais direitos e deveres e as dota de órgãos de governo idênticos: Conselho Geral, Reitor e Conselho de Gestão.

Embora existam no nosso país várias universidades mais pequenas do que o ISCTE, optámos pela denominação de Instituto Universitário e não Universidade, pois ela adequa-se melhor ao nos-

so perfil institucional. De facto, somos uma instituição universitária mais especializada do que generalista, mais centrada no ensino de 2.º e 3.º ciclos do que nas licenciaturas.

A anterior denominação de Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa não só estava totalmente datada, como não correspondia de todo à actual dimensão e complexidade do ISCTE. Hoje temos mais de 7500 alunos e destes cerca de 3500 estão a frequentar níveis de ensino pós-graduados.

Esta mudança de denominação permite-nos manter o ISCTE como marca e ao mesmo tempo reforçar a nossa identidade como instituição universitária, para além de nos facilitar a nossa comunicação a nível internacional. A denominação em inglês será – Lisbon University Institute.

Antigamente era a quarta classe, depois foi a licenciatura, actualmente é o grau de mestre o requisito para quase tudo...

As sociedades actuais e futuras serão cada vez mais sociedades do conhecimento. A sua complexidade exige um nível de desenvolvimento cognitivo muito elevado, não apenas numa pequena elite mas na maioria da população. Por outro lado, a evolução do conhecimento é hoje constante. Estes dois factores implicam que todas as pessoas estejam em formação permanente. A ideia de que uma licenciatura era suficiente para toda a vida de trabalho é ainda mais desadequada do que a ideia de que um



emprego é para a vida. A separação entre a vida académica e a vida profissional será cada vez mais ténue. Todos teremos períodos mais ou menos intensos de aprendizagem ou de trabalho, ao longo da nossa existência, de acordo com o ciclo de vida. É este o paradigma da aprendizagem ao longo da vida. Há cerca de dez anos tive o prazer de visitar Peter Drucker na sua casa na Califórnia e de falar com ele sobre estes assuntos. A previsão de Drucker apontava para que o estudante americano que nessa altura entrasse para a universidade teria que fazer cinco a sete pós-graduações diferentes para se manter profissionalmente activo até à idade da reforma. **Que perspectivas de carreira abrem as pós-graduações, os mestrados e os doutoramentos?**

Os diferentes tipos e graus de ensino depois da licenciatura servem muitas vezes não só para nos actualizarmos, mas também para mudar de actividade, ou mesmo para montar um negócio próprio.

Como se explica que as famílias portuguesas gastem onze por cento do PIB per capita para os seus filhos poderem frequentar a universidade e sejam as que menos apoios recebem face aos gastos com o ensino?

A situação portuguesa apresenta vários paradoxos quanto ao financiamento da educação. O investimento do Estado nos níveis de ensino até à universidade está na média da UE, ou é mesmo superior e os resultados são claramente insatisfatórios. Com o ensino universitário passa-se

«A ideia de que uma licenciatura era suficiente para toda a vida de trabalho é ainda mais desadequada do que a ideia de que um emprego é para a vida.»

precisamente o contrário. Por outro lado, os estudantes universitários portugueses são de longe os que menos trabalham para pagar os seus estudos e os que menos recorrem a empréstimos. Penso que esta situação só poderá mudar com o envolvimento de todas as partes.

O Estado terá de investir mais no ensino superior, uma vez que nos últimos anos houve uma diminuição acentuada da contribuição do Estado no sector, com excepção para o investimento na ciência, que aumentou consideravelmente. Os estudantes terão de contribuir com o seu trabalho ou por recurso a empréstimos, pois estão a fazer um investimento reprodutivo a prazo.

As empresas e a sociedade em geral devem igualmente fazer uma aposta nas universidades através de programas de responsabilidade social e da filantropia, ainda pouco comum nos hábitos dos portugueses com mais disponibilidades económicas.

Por seu lado, as universidades deverão gerir com eficácia os recursos que lhe são disponibilizados pela sociedade e garantir que o conhecimento que geram tem repercussões positivas no desenvolvimento do país. Só um esforço de toda a sociedade no financiamento da educação nos permitirá sair da posição pouco confortável em que o país se encontra face aos seus parceiros europeus.

E como evitar a fuga de cérebros para o novo sistema europeu, dada a crescente mobilidade e os maiores atractivos lá fora?

A fuga de cérebros não é tão dramática como normalmente se faz querer. Em primeiro lugar não é necessariamente negativo que os nossos melhores alunos vão para fora. Muitos deles poderão regressar e trazer para o país a riqueza das suas experiências. Por outro lado, temos de saber aproveitar as sinergias que os expatriados podem ter para o país aproveitando essa rede de contactos. Por último, é de assinalar que já começa a haver um caminho inverso neste processo. As universidades e os centros de investigação portugueses começam a atrair professores, investigadores e alunos estrangeiros. Para falar do nosso caso, temos hoje cerca de cinco por cento de alunos estrangeiros e cerca de duas dezenas de professores e investigadores internacionais.

O que é necessário é reforçar a aposta na qualidade do ensino e da investigação colocando dessa forma o país em concorrência com os outros também nestes domínios. ■